

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a)
autor(a), o texto completo desta tese
será disponibilizado somente a partir
de 08/12/2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO
DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

DANIEL REI CORONATO

Diplomatas e estancieiros: o Brasil e a busca pelo equilíbrio de poder no Prata (1828-1852)

SÃO PAULO

2017

DANIEL REI CORONATO

Diplomatas e estancieiros: o Brasil e a busca pelo equilíbrio de poder no Prata (1828-1852)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Política Externa Brasileira”.
Orientador: Prof. Dr. Clodoaldo Bueno.

SÃO PAULO

2017

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Coronato, Daniel Rei.

C822 Diplomatas e estancieiros : o Brasil e a busca pelo equilíbrio de poder no Prata (1828-1852) / Daniel Rei Coronato. – São Paulo, 2017.
305 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Clodoaldo Bueno.

Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2017.

1. Brasil – Relações exteriores – Tratados – Séc. XIX. 2. América do Sul – História – Movimentos de autonomia e independência. 3. Prata, Rio da, Região (Argentina e Uruguai). 4. Brasil – História – Império – 1822-1889. 5. Rio Grande do Sul – História – Séc. XIX. I. Título.

CDD 981.04

DANIEL REI CORONATO

Diplomatas e estancieiros: o Brasil e a busca pelo equilíbrio de poder no Prata (1828-1852)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Instituições, Processos e Atores”, na linha de pesquisa “Política Externa Brasileira”.
Orientador: Prof. Dr. Clodoaldo Bueno.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Clodoaldo Bueno (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

Prof. Dra. Gabriela Nunes Ferreira (Universidade Federal de São Paulo)

Prof. Dr. José Luis Bendicho Beired (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”)

São Paulo, 08 de dezembro de 2017.

Dedico aos meus pais; dois alicerces.

AGRADECIMENTOS

Longo e tortuoso caminho foi trilhado para que esse trabalho pudesse ser apresentado. Diversos desafios e dificuldades tiveram de ser vencidos, contando com o inesgotável apoio de agentes ‘invisíveis’, não transparentes ao leitor. Amigos, familiares, professores foram fundamentais para que cada etapa pudesse ser vencida, especialmente nos momentos de dúvidas e apreensão.

Inicialmente quero agradecer ao meu orientador Clodoaldo Bueno pelo amparo durante essa jornada. Sempre gentil, me delegou responsabilidades e deu liberdade completa para seguir com a pesquisa conforme havíamos desenhado. Suas leituras e observações sempre construtivas moldaram a tese, dando a forma que ela tomou.

À minha família, que merece todo o carinho, especialmente meus irmãos Raquel e Marcel, que eu tanto amo. Aos meus pais pelo apoio irrestrito, proteção e amparo em todas as horas. À Mariana, minha grande companheira e confidente, que pude contar em qualquer momento e me ajudou em qualquer circunstância.

Aos meus grandes amigos Thiago Babo, Gianfranco Caterina, Gustavo Menon, André Pini e Ariel Finguerut pela oportunidade de dividirem comigo parte importante em todos esses anos de convívio acadêmico e pessoal. Agradeço especialmente a Natalia Fingermann e Luís Fernando Vitagliano pela longa e absolutamente inestimável parceria.

Todas e todos amigos conquistados no programa San Tiago Dantas, especialmente os do NEAI, como a Gessica Carmo, Renato Xavier, Rodrigo Duque, Sara Toledo, Vanessa Capistrano, entre outros, que espero manter laços por muitos e muitos anos. Além disso, gostaria de ressaltar os professores que participaram da minha formação no doutorado: Oliveiros Ferreira, Marcelo Mariano, Reginaldo Nasser, José Miguel Arias Neto e Héctor Saint Pierre; e em especial ao Prof. Marco Aurélio Nogueira e à Prof.^a Gabriela Nunes Ferreira, que me guiaram como verdadeiros tutores, participando da banca de qualificação e contribuindo com o andamento da pesquisa sempre que necessário.

Um agradecimento especial aos funcionários e colegas dos arquivos e fundos históricos consultados, especialmente ao Frederico Antonio Ferreira e ao embaixador Gelson Fonseca Júnior, pelo apoio nas pesquisas no Arquivo Histórico do Itamaraty; e a Rejane Penna, pela ajuda nas investigações no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Ao apoio da Giovana, Graziela e Isabela, sempre prestativas, me dando muito auxílio. E, por fim, à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela colaboração e custeio de parte dessa pesquisa.

A história diz respeito ao capital e à coerção. (TILLY, 1996, p. 63)

RESUMO

A tese debate as interconexões entre a formação nacional brasileira e a dinâmica de equilíbrio de poder durante a formação dos Estados no subsistema do Prata. O cenário é o período entre os anos 1828-1852, intervalo marcado pela conclusão dos ciclos de independência, as diversas tentativas de formação das unidades políticas da região e o encadeamento de fatores que levaram a ascensão e queda do domínio de Juan Manuel de Rosas na Confederação Argentina. Esse momento foi destacado por intensas disputas, indefinições e guerras, que ajudariam a moldar o Brasil, especialmente no contexto da sua porção meridional. A província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi o palco principal desse enredo, com o destino de suas populações e governo intimamente ligados aos acontecimentos da região, influenciando e sendo influenciados por eles. Daquela sua porção territorial vinham pressões e desafios que impunham ao governo imperial atenção especial e grandes desafios, o que ajudaria a dar os contornos gerais do modelo de ação externa brasileira para com os países platinos e suas fronteiras meridionais. O objetivo central da tese se concentra em analisar os elos entre os oligarcas rio-grandenses e o núcleo central do governo imperial, apresentando como os vínculos de dependência e complementariedade entre essas duas dimensões foram decisivos para a diplomacia brasileira no Prata, em meio a um ambiente de constantes transformações na distribuição de poder regional e debilidade nos mecanismos nacionais.

Palavras-chave: Brasil. Equilíbrio de Poder. História da Política Exterior. Rio da Prata. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The thesis discusses the interconnections between the national formation of Brazil and the dynamics of balance of power during the formation of the states in the Plata subsystem. The scenario is the period between 1828 and 1852, marked by the completion of the independence cycles, the various attempts to form the political units of the region, and the chain of factors that led to the rise and fall of Juan Manuel de Rosa's dominion in the Argentine Confederation. This moment was highlighted by intense disputes, indefinitions and wars that would help to shape Brazil, especially in the context of its Southern portion. The province of São Pedro do Rio Grande do Sul was the background for this plot, with the fate of its populations and government closely connected to the events that happened in the area, influencing and being influenced by them. That part of its territory there were pressures and challenges that imposed on the imperial government special attention. This would help to give general outlines to Brazilian external action's model towards the countries in the Plata and their Southern borders. The central objective is to analyze the connections between the Rio Grande and the central nucleus of the imperial government, showing how this dependence and complementarity were decisive for the Brazilian diplomacy in the Plata river region, in this area of constant changes in the distribution of regional power and in national mechanism's weakness.

Keywords: Brazil. Balance of Power. History of Foreign Policy. Plata River. Rio Grande do Sul.

RESUMEN

La tesis debate las interconexiones entre la formación nacional brasileña y la dinámica de equilibrio de poder durante la formación de los Estados en el subsistema del Plata. El escenario es el período entre los años 1828-1852, intervalo marcado por la conclusión de los ciclos de independencia, los diversos intentos de formación de las unidades políticas de la región, y el encadenamiento de factores que llevaron la ascensión y caída del dominio de Juan Manuel de Rosas en la Confederación Argentina. Este momento fue destacado por intensas disputas, indefiniciones y guerras, que ayudarían a moldear a Brasil, especialmente en el contexto de su porción meridional. La provincia de San Pedro de Río Grande del Sur fue el escenario principal de esa trama, con el destino de sus poblaciones y gobierno íntimamente ligados a los acontecimientos de la región, influenciando y siendo influenciados por ellos. De su porción territorial venían presiones y desafíos que imponían al gobierno imperial atención especial y grandes desafíos, y que ayudarían a dar los contornos generales del modelo de acción exterior brasileño hacia los países platinos y sus fronteras meridionales. El objetivo central se concentra en analizar los enlaces entre los oligarcas río-grandenses y el núcleo central del gobierno imperial, presentando como los vínculos de dependencia y complementariedad entre esas dos dimensiones fueron decisivos para la diplomacia brasileña en el Plata, en medio de un ambiente de constantes transformaciones en la distribución de poder regional y debilidad en los mecanismos nacionales.

Palabras clave: Brasil. Equilibrio de poder. Historia de la Política Exterior. Río de la Plata. Rio Grande do Sul.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHI	Arquivo Histórico do Itamaraty
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
AMRP	Autoridade Militar no Rio da Prata
BN	Biblioteca Nacional
APB	Ato do Parlamento Britânico
CCE	Consultas do Conselho de Estado
CGPRS	Conselho Geral da Província do Rio Grande do Sul
CHDD	Centro de História e Documentação Diplomática
CPM	Correspondência Política de Mauá
CRB	Coleção Rio-Branco
CRNE	Circular da Repartição dos Negócios Estrangeiros
CV	Coleção Varela
FT	Falas do Trono
FPMT	Fala do Presidente da Província do Mato Grosso
FPSC	Fala do Presidente da Província de Santa Catarina
FPRS	Fala do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul
IGI	Instrução do Governo Imperial
IHGRGS	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
LBM	Legação do Brasil em Montevidéu
LBMR	Legação do Brasil em Montevidéu – Ofícios Reservados
LBE	Legação do Brasil na Espanha
MEA	Missão Especial do Visconde de Abrantes (1843-1844)
MEBP	Missão Especial do Brasil no Rio da Prata (1851-1852)

MIGF	Missão da Legação Imperial do Brasil na Grã-Bretanha e França
NGA	Nota do Governo Argentino
NGC	Nota do Governo de Cerrito (Uruguai)
NGI	Nota do Governo Imperial
NGP	Nota do Governo do Paraguai
NGU	Nota do Governo Oriental do Uruguai
NLA	Nota da Legação Argentina no Brasil
NLB	Nota da Legação Britânica no Brasil
NLU	Nota da Legação do Estado Oriental do Uruguai no Brasil
NLP	Nota da Legação do Paraguai no Brasil
OGRG	Ofício do Governo do Rio Grande do Sul
OMERS	Ofício do Ministério de Estrangeiros para o Rio Grande do Sul
RPMT	Relatório do Presidente da Província do Mato Grosso
RPSC	Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina
RPRS	Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul
RRNE	Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O BRASIL NO SUBSISTEMA PLATINO.....	33
2.1	Passivo Colonial.....	39
2.2	Formações Nacionais no Prata.....	58
2.3	Consolidação Brasileira.....	73
3	BRASIL, RIO GRANDE DO SUL E A DINÂMICA DO EQUILÍBRIO.....	85
3.1	Convenção Preliminar de Paz de 1828.....	90
3.2	Doutrina da pacificação.....	103
3.3	Intervenção anglo-francesa.....	125
4	DIPLOMACIA E FORÇA.....	152
4.1	Neutralidade Armada.....	153
4.2	Caminho para Caseros.....	174
5	DIPLOMATAS E ESTANCIEIROS.....	205
5.1	Diplomacia cruzada.....	217
5.2	Guerra clandestina.....	239
5.3	Convergência de interesses.....	250
6	APONTAMENTOS FINAIS.....	267
	REFERÊNCIAS.....	272
	REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS.....	282
	ANEXO – MAPAS.....	286

1 INTRODUÇÃO

A formação do Estado nacional brasileiro foi resultado de um longo e complexo processo. Nascido sob influência direta de séculos de colonização portuguesa, após se transformar, em um evento sem paralelos, em sede do Império de Portugal, o Brasil experimentou nas primeiras décadas do século XIX um período tortuoso e definitivo da sua trajetória. Nesse intervalo, deram-se as condições e determinações para seu estabelecimento, especialmente no que tange à soberania, aparelhos de coerção, pacificação interna, consolidação de limites e política externa¹. O fim do ciclo de independências na região e a perda da Província Cisplatina (1828), originando o Uruguai, e a grande coalizão contra o governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas (1852), delimitam este recorte temporal no plano doméstico e externo conjuntamente.

A vinda da família real em 1808, escoltada pela marinha britânica, marcou anteriormente a gênese da participação da porção luso-brasileira como entidade política no sistema de Estados, em um contexto de transformações sem precedentes. Ricupero (2011, p.116) descreve esse momento como um “gigantesco vendaval histórico desencadeado pela tríplice revolução atlântica” (a industrial, a estadunidense e a francesa), que desmontariam o Antigo Regime e seus instrumentos, entre eles a ordem colonial mercantilista que desde o início da ocupação estava em operação na América. A crise do sistema colonial correu em paralelo aos efeitos dessas mudanças. A abertura dos portos, ocorrida no mesmo ano, liquidou o regime do exclusivo colonial dominado pela metrópole, gerando interesses e recursos que inviabilizaram o retorno ao *status* anterior, simbolizando o ponto de partida da autonomia política.

Após a separação do jugo metropolitano (1822), os grupos que encabeçaram a independência procuraram organizar o Estado sob a estrutura deixada pelo domínio europeu, no entanto, assim como a maioria dos novos atores do continente, não conseguiram forjar uma dimensão verdadeiramente ‘nacional’, limitando sua capacidade de ação ao universo de possibilidades disponíveis àquela altura. Até então a ocupação portuguesa na América do Sul tinha produzido diversas colônias interconectadas como partes do império mundial português,

¹ Por política externa entenderemos como o universo de atos, deliberações e práticas de uma determinada unidade política em relação aos seus pares e outras estruturas externas, resultantes da metabolização das disputas internas, sendo pautados pelas determinações sistêmicas e pela capacidade/acesso a elementos de poder dentro e fora dos seus domínios territoriais.

sem jamais constituírem “um território nacional”.²

A estruturação da nova unidade política se viabilizou graças a junção das iniciativas de preservação de um ramo da casa dinástica dos Bragança na América, em um processo consideravelmente menos violento em comparação aos de seus vizinhos americanos. A unidade se assentou em uma imaginação geográfica, de fronteiras naturais que seguiam do Amazonas até o Prata, fazendo parte do discurso de legitimação para a união daqueles territórios dispersos, conferindo “a monarquia centralista e escravista” brasileira uma missão histórica. O projeto de unidade deu-se em contraste ao ocorrido com o império espanhol, sendo capaz de ligar “as partes díspares da América portuguesa e de derrotar as forças centrífugas que, durante décadas, atuaram com intensidade sobre a formação social oligárquica e escravista” (MAGNOLI, 1997, p.11).

O centro de poder político assentado nas instituições monárquicas atuava como gestor dos diversos e frequentemente conflitantes interesses das oligarquias locais, distribuídas de maneira irregular pelo imenso território. Os limites desse arranjo se materializaram no grande número de rebeliões provinciais³, que revelaram a carência de consenso sobre a organização nacional, demonstrando a violenta disputa pela sua condução. Não se tratava, porém, de uma mera luta entre o poder central e as províncias, especialmente porque a correlação entre o espaço provincial e as frações rebeladas nem sempre foram coincidentes. Além disso, não houve unanimidade em nenhum desses movimentos, geralmente marcados pela cisão entre os elementos rebelados, que se posicionavam em detrimento dos seus interesses, comumente ligados ao sistema produtivo e controle dos meios de coerção. Ainda assim, sucessivas rebeliões se seguiam, por vezes simultâneas, formando um traço fundamental na formação do Império e de sua estrutura estatal.

Diferente das vizinhanças hispano-americanas em que a ausência de força militar organizada enfraqueceu as alternativas de centralização, permitindo as sucessivas tomadas de

² Essa leitura concorre com diversos outros ramos interpretativos sobre a gênese nacional ainda no período colonial. Oliveira Lima (2000), por exemplo, no ensaio *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, afirma que apesar do Brasil ser àquela altura um “mosaico de provinciais, cada qual tendo seu aspecto particular”, os laços de identidade como os “da raça, da língua e da religião, de maneira que o conjunto oferecia uma admirável harmonia”. Para ele “a autoridade real estendia-se sobre todo o imenso território, e ligava entre si suas várias divisões, subordinando-as à mesma direção”.

³ Revoltas, sublevações e rebeliões acompanharam toda a primeira década do século XIX brasileiro, surgindo nas mais diversas localidades e contextos socioeconômicos. Destacamos a Confederação do Equador (1823-1824) na porção Nordeste; a Cabanagem no Pará (1835-1840); a Farroupilha, no Rio Grande do Sul e brevemente Santa Catarina (1835-1845); a Sabinada na Bahia (1837-1838); a Balaiada no Maranhão (1838-1841); o ciclo de revoltas liberais em São Paulo e Minas Gerais (1842); a Praieira em Pernambuco (1848). Esse amplo mosaico de conflitos completou-se com diversas outras insurreições, revelando-se uma das características principais da vida política e social do Império durante parte importante da primeira metade do século XIX.

poder e o desmembramento territorial; no Brasil, os interesses diversos não foram suficientes para gerar a fragmentação, pois as províncias também não dispunham de recursos para sustentar os hercúleos esforços de resistência. Contudo, em diversos momentos as revoltas e rebeliões perturbaram de modo significativo a estrutura política, denotando um universo amplo de contradições e antagonismos durante a fase de organização nacional. A dispersão das zonas de produção em meio a uma grande extensão geográfica, a ausência de uma circulação interna significativa e o declínio de antigos mercados coloniais agravaram essas dificuldades. O Estado recém estruturado não possuía capacidade para impedir a desobediência ou as rebeliões, impossibilitado de exercer uma atuação efetiva em toda a extensão territorial.

Duas dimensões estão no centro desta questão: **capital** e **coerção**⁴. Ambas formam, segundo o modelo proposto por Charles Tilly (1996, p.262), o binômio fundamental à formação e consolidação dos Estados nacionais. Essa experiência histórica nasceu no contexto europeu, triunfando após as nações mais poderosas daquele continente adotarem “formas de guerra que temporariamente esmagaram os seus vizinhos, e cujo suporte gerou como produtos secundários a centralização, a diferenciação e a autonomia do aparelho estatal”, combinando forças militares domésticas e fontes de capital suficientes para sustentar a empreitada. Como defende Wilma Peres Costa (2003, p.143), esses elementos foram fundamentais, pois não haveria “Estado sem impostos e sem uma capacidade armada capaz de defender sua soberania contra agressões externas e forças centrífugas internas.”.⁵

Ainda no contexto europeu, combinando cooptação dos proprietários de terras e dos

⁴ Inicialmente define por capital os “recursos móveis tangíveis e os direitos legítimos sobre esses recursos”. Em outras palavras, trata-se da interconexão entre a dinâmica de acumulação e como o Estado e a sociedade participam da sua divisão, englobando as atividades produtivas, o controle e a tributação sobre elas. Enquanto o capital está no reino da exploração, nos seus mais diferentes níveis, “a coerção define um campo de dominação”, centrado no uso de força armada. Ela se estende “às oportunidades de prisão, expropriação, humilhação e divulgação de ameaças”. Ambas as dimensões estão conectadas de tal maneira que “quando a acumulação e a concentração dos meios coercivos se desenvolvem juntos, produzem estados”; resultando em unidades políticas distintas “que controlam os principais meios concentrados de coerção dentro de territórios bem definidos, e em alguns aspectos exercem prioridade sobre todas as outras organizações que operam dentro desses territórios”. (TILLY, 1996, p.65-67)

⁵ Esse processo de formação dos Estados europeus se deu também pela imensa ampliação de práticas como “melhorar a navegação, construir estradas e ferrovias, policiar, criar escolas, instituir serviços de correio, estabelecer regras para as relações entre o capital e o trabalho”. Aos poucos avançou em direção a um governo direto, reduzindo os patronos locais e regionais, colocando representantes do Estado nacional em cada comunidade e expandindo os mecanismos de consulta popular nas suas mais diversas formas (“eleições, plebiscitos e legislaturas”), favorecendo a construção de um sentido de nacionalismo e identificação da sociedade com os objetivos do Estado. (TILLY, 1996, p.118) Assim, apesar da característica ‘nacional’ estar atrelada ao campo da cultura, da intensificação de laços de identidade linguística, religiosa e simbólica, ela se deu majoritariamente pela existência de governantes que se reconheciam mutuamente, derivando assim a consolidação das fronteiras e as soberanias, usualmente asseguradas por acordos entre os múltiplos atores, apenas adquirindo no final do século XVIII um sentimento verdadeiramente ‘nacional’; ou seja, uma consciência de pertencimento a uma nação. (CHIARAMONTE, 2003, p.86)

comerciantes, as principais potências daquele continente criaram exércitos e marinhas permanentes, burocracias centralizadas, aumentaram o acesso ao crédito e as suas bases de tributação graças ao controle dos mecanismos de capital e coerção. Esse movimento resultou na possibilidade de garantir o monopólio da coerção, que estreitamente ligado ao fisco, definiram juntos os contornos do Estado nacional, pelo menos no formato histórico que assumiu no Ocidente desde os séculos XIV e XV até os dias atuais. Os Estados se converteram em “organizações relativamente autônomas, centralizadas e diferenciadas” que passaram a exercer um “estrito controle sobre a população dentro de várias regiões contíguas fortemente demarcadas”; ou seja, o entendimento do que seria o Estado nacional, moderno e soberano⁶ (TILLY, 1996, p.240).

Nos séculos subsequentes, esse padrão se expandiu a reboque da montagem e consolidação dos impérios ultramarinos europeus, impondo às outras sociedades o seu modelo de diplomacia e guerra como obrigatórios, utilizando para isso de seu peso comercial e militar. Essa imposição foi feita através de diversos elementos, como: acordos de paz; a organização colonial; a implementação de “modelos padronizados de exércitos, burocracias e outros elementos do aparelho estatal”; a criação de organismos supranacionais; a garantia coletiva das fronteiras nacionais, entre outros (TILLY, 1996, p.261). Esse conjunto de elementos ajudou a consolidar de maneira definitiva a fórmula nacional ao redor do mundo, culminando com o predomínio absoluto do modelo dotado de altas concentrações de capital e coerção sobre outras estruturas políticas, como as cidades-estados, os Impérios e as federações urbanas.

Essa trajetória não foi automática e nem os “pretensos governantes ou seus patrões” encomendaram “um estado inteiro como se fosse uma casa pré-fabricada”: o arcabouço de ideias e instituições acompanhou à expansão política, econômica e colonial, ligando-se por diversas interconexões aos preceitos europeus nas dimensões jurídicas, fiscais, policiais, militares, educacionais e afins. Consequentemente, a organização econômica/comercial se

⁶Um sistema composto de Estados nacionais era novidade na Europa até a virada do século XV para o XVI. Foi naquele momento que diversas unidades políticas europeias apresentavam, ao menos parcialmente, características nacionais, e passaram no contato entre si a formar um ‘sistema’. A interação acontecia com regularidade, em especial após a criação de missões diplomáticas que na época eram novidades. Estabeleceu-se, então, “um sistema de Estados interligados unidos por tratados, embaixadas e casamentos e extensa comunicação” e “guerras declaradas travadas por forças militares amplas e disciplinadas e que terminavam em acordos formais de paz”, dando os principais contornos da relação entre essas unidades políticas. (TILLY, 1996, p.240) A Paz de Vestfália (1648) que marcou o encerramento da Guerra dos Trinta Anos, simbolizou o marco inaugural de uma nova modalidade de relações, realizadas desde então entre unidades nacionais, soberanas e interligadas pelo reconhecimento mútuo. Logo se estabeleceriam características derivadas como meios de ampla coleta de informações, formação de rede de alianças e o aumento das negociações multilaterais. Esse sistema se disseminou por quase todo o globo, difundido especialmente por intermédio da colonização, da conquista e da penetração em regiões não-europeias. As poderosas nações se expandiam na esteira dos pactos realizados entre si, limitando e disciplinando a política do poder.

estruturou nos moldes capitalistas europeus, especialmente nos redutos que dependiam do âmbito externo para a manutenção da produção local. Os burocratas, as elites intelectuais, os técnicos e os oficiais militares das oligarquias coloniais também eram usualmente designados para treinamento na Europa, ou em uma das suas extensões, carregando suas práticas e conceitos. (TILLY, 1996, p.261-262)

Quando os novos Estados no continente americano conquistaram a sua independência⁷ nas primeiras décadas do século XIX, as principais estruturas eram, portanto, as coloniais europeias, como a dinâmica produtiva, a estrutura estatal e o manejo dos assuntos exteriores. A maioria adicionou em suas Cartas Magnas dimensões ligadas aos conceitos de povo, soberania, território e nação, espelhando os modelos nacionais europeus. As condições históricas e materiais, porém, eram distintas, convivendo com uma dualidade permanente: se por um lado emulavam em diversos níveis as instituições e aparatos nacionais europeus; por outro as fronteiras não estavam delimitadas, em alguns casos sequer havia reconhecimento mútuo entre os novos países da região.

No caso brasileiro, os mecanismos de **coerção** não estavam plenamente concentrados no Estado, sendo que os poderes locais minavam a consolidação da ordem, dificultando o sistema de financiamento estatal, limitando conseqüentemente a oferta de **capital** e recursos, em última análise, impedindo a sua plena formação. Assim, embora as instituições e aparato estatal tentassem espelhar os contornos do modelo de Estado nacional europeu, a dificuldade em enquadrá-lo na realidade local gerou uma condição específica, criando uma lógica eminentemente pré-nacional, enquanto as classes dirigentes não foram capazes de reunir simultaneamente somas consideráveis de capital e coerção.

Na porção meridional do Império, esse tortuoso processo foi experimentado de maneira especialmente intensa, já que os mecanismos nacionais estavam ali distribuídos de maneira especialmente assimétrica, atados a uma lógica própria. Apesar de ter sido tardiamente incorporada à monarquia pluricontinental portuguesa, desde as antigas delimitações do Tratado

⁷ O período revolucionário francês e a subsequente era napoleônica representaram uma ruptura fundamental no processo de avanço global do modelo nacional europeu, agitando as estruturas coloniais e culminando com uma completa reorganização na América. A grande beneficiária desse arranjo passaria a ser a Inglaterra, ainda que as disposições do Acordo de Viena, em 1815, tenham estabelecido uma divisão em terra que limitava sua força. No entanto, dispoendo quase do monopólio do poder naval e liderança econômica sobre todos os rivais por meio da expansão além-mar que lhe garantia um acesso inquestionado de recursos, dominando as rotas internacionais de comércio e reexportação, seu predomínio global foi um imperativo. Ainda que incapazes de subverter a ordem e/ou expandir seus domínios dentro dos limites territoriais europeus, não havia força sistêmica capaz de assegurar limites para a expansão britânica ao redor do planeta. A emancipação política das antigas colônias ibéricas na América fez parte desse transcurso de poderes, levando autoridades e financistas britânicos a apoiarem com recursos e militarmente diversos movimentos independentistas. (KENNEDY, 1989, p.139-140)

de Tordesilhas (1494), e durante as constantes disputas entre os dois reinos ibéricos pelo controle do estuário do Prata, a região de São Pedro do Rio Grande do Sul foi permeada por um padrão confuso de ações migratórias autônomas e outras iniciativas patrocinadas pelas casas reais envolvidas, em um “estado de guerra quase permanente na região”, impulsionadas por estímulos militares e atrativos econômicos (COSTA, 1996, p.81).

Liberalidade e anomia favoreciam a forte correlação entre guerras e atividades pastoris, consolidando uma configuração singular frente a outras regiões da América Portuguesa. Essa tendência intensificava-se a medida em que avançavam os fluxos de ocupação, resultados diretos da expansão das propriedades e dos conflitos platinos, proporcionando às “elites em formação oportunidades excepcionais para o recebimento de mercês na forma de títulos nobiliárquicos, reconhecimento de posses ou mesmo tolerância face ao desempenho de atividades ilegais, como o contrabando e o abigeato” (IZECKSOHN, 2010, p.5-6).

A atividade guerreira, o povoamento heterogêneo e a desregrada atmosfera produziu dois elementos fundamentais para a formação rio-grandense: o ‘peão’ (ou ‘gaúcho’) e o ‘estanceiro’ (COSTA, 1996, p.82-83). O primeiro, recrutado entre os desertores de tropas regulares, agrupamentos indígenas convertidos e entre escravos, dominava o terreno e a montaria, necessários para o trabalho com os rebanhos e defesa própria. O segundo ocupou as terras e expandiu as propriedades, quase sempre ligadas com a pecuária, e se valia dos atributos dos ‘gaúchos’ para manter a atividade pecuária e criar sua própria milícia armada, convertendo-se no personagem, por excelência, da vida política, social e econômica na fronteira meridional.

Esse espaço de relações desenvolveu-se em um contexto de aproximações, embates e interações com os territórios vizinhos do estuário platino, o denominado aqui de subsistema⁸ do Prata, ou platino⁹. A região foi um influxo fundamental para as disputas internas brasileiras, impactando decisivamente na sua construção nacional, incluindo na própria consolidação dos mecanismos de capital e coerção da sua porção meridional. A região havia sido, no período

⁸ Para Raymond Aron (2002, p.494-96) o subsistema é uma fração do sistema internacional, sendo também constituído por unidades políticas que mantêm relações regulares. Sua presença se revela quando Estados e sociedades que o compõem “vivem espontaneamente a solidariedade do seu destino”, além de estabelecerem “uma diferença entre o que acontece dentro e fora da sua região geográfica e histórica”. Nele, os atores compartilham de uma estrutura de interação, são suscetíveis a entrar em uma guerra geral, e se submetem as determinações sistêmicas de maneira assimétrica, a depender da estrutura e distribuição do poder. Ainda que não possa ser abstraído completamente do resto do globo - ou do sistema internacional manejado pelas grandes potências - subsistemas são marcados pela prevalência da dinâmica interior.

⁹ O subsistema incluía as unidades políticas da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, no entanto, as conexões eram estreitas entre os territórios das províncias argentinas de Buenos Aires, do litoral argentino, como Corrientes e Entre Ríos; e em menor escala Santa Fé e Córdoba, do território da Banda Oriental; depois Uruguai; Paraguai; além do Império do Brasil e sua província meridional de São Pedro do Rio Grande do Sul.

colonial, *locus* de encontro de dois grandes impérios ibéricos, o espanhol e o português, convertendo-se em um centro de interesse estratégico pelo seu contato direto com as minas de prata de Potosí e acesso aos territórios interiores, o que favoreceu a criação e expansão de núcleos portuários como Buenos Aires e Montevideú. Desse complexo cenário nasceu um encadeamento de variados vínculos que abrangeram as esferas econômicas, políticas e militares, transformando o Prata em um ambiente de relações profundas, ainda que não completamente isoladas do resto do globo.

Após o ciclo de independências, o processo de construção dos Estados nacionais nessa região se realizou concomitantemente em um cenário de incertezas e instabilidades. Essa dinâmica foi produto das interações construídas desde o período de domínio metropolitano, intensificando-se pela fragilidade das novas unidades políticas que nasceram, incapazes de determinar suas fronteiras e assegurar a pacificação interna, lutando por firmar na esfera doméstica sua legitimidade e poder. Essa lógica findou por produzir um ambiente externo singular, que incidiu de maneira diversa em cada um dos Estados platinos, em uma dinâmica própria de equilíbrio de poder¹⁰.

A tradição de pensamento acerca dos meios e modelos de equilíbrio de poder entre Estados é extensa, geralmente utilizadas pela literatura para explicar a mecânica das relações entre as grandes potências. Na sua acepção mais conhecida, ela se refere ao movimento na disposição de capacidades que caracterizariam a política internacional, generalizada pela ideia-conceito de equilíbrio de poder ou ‘balança de poder’. A base de todas as manifestações de equilíbrio seriam dois axiomas que orientariam a ação e a percepção, constituindo aspectos fundamentais: **primeiro** – os elementos (Estados) a serem equilibrados são necessários para a manutenção do sistema; **segundo** – sem o equilíbrio, um dos elementos poderia ser capaz de exercer domínio sobre os outros, desrespeitando seus interesses e assim, em última instância, destruí-los. Tornar-se-ia imperativo para todo e qualquer sistema a manutenção da estabilidade sem destruir a multiplicidade de elementos; ou seja, a manutenção da ordem sem abrir mão das existências individuais, evitando a todo custo que um deles conquistasse a supremacia sobre os demais¹¹. Sempre que a ordem fosse alterada por mudanças internas dos elementos, entre os

¹⁰ O emprego do conceito de equilíbrio de poder perdura por mais de quinhentos anos, precedendo a institucionalização das Relações Internacionais como campo de estudo, resistindo como um dos mais citados pela literatura e tomadores de decisão. Além disso, tem sido o alicerce básico desde o final da Segunda Guerra Mundial na formação de quaisquer interessados nos estudos internacionais, sendo o mais conhecido mecanismo de análise histórica e conjuntural. Seus defensores advogam que seu sucesso se deu pela sua capacidade de prover os ingredientes necessários para a compreensão da resiliência do sistema moderno de Estados. (LITTLE, 2007, p.3)

¹¹ A preocupação acerca dessa temática alcançou filósofos, políticos e escritores. Sua importância atravessou a marcha do tempo em autores de todos os períodos, que desde Tucídides, na Antiguidade, na sua *História da Guerra*

atores ou por alguma força alheia a ele, o sistema mostraria uma tendência a restabelecer um novo equilíbrio. Nesse modelo, a ‘política de equilíbrio’ não seria apenas mais uma modalidade de relações entre Estados, mas sim sua característica inevitável, mecânica e ‘natural’.¹² (MORGENTHAU, 2003, p.321-322)

Kissinger (2007, p.14) defende que uma situação de equilíbrio de poder dificilmente satisfaz a todos os membros do sistema. Seu pleno funcionamento acontece de maneira mais frequente quando é capaz de manter a insatisfação dos atores abaixo do nível em que as unidades se sintam tão prejudicadas a ponto de procurar subverter a ordem estabelecida. Desta maneira, os Estados estariam compelidos a impedir um acúmulo superior de poder de outro Estado e/ou de uma aliança, salvaguardando assim a própria existência soberana das unidades do sistema por meio de ações de oposição que poderiam mudar as configurações de poder dentro do sistema, salvo em casos que houvesse o abandono deliberado da ‘política de equilíbrio’ em favor da alteração do *status quo*. Logo, o equilíbrio seria o dispositivo de salvaguarda da liberdade das unidades políticas contra quaisquer iniciativas que pretendessem tornar-se o próprio sistema, impedindo a formação de arranjos políticos que levassem a aniquilação da multiplicidade de atores soberanos.¹³

A dimensão da ‘política de equilíbrio’ foi imensamente utilizada como pressuposto de

do Peloponeso (2001), demonstrava como os desígnios do poder e a ameaça externa obrigavam os Estados a antecipar uma guerra ao se verem em uma situação desfavorável frente ao inimigo externo. Entretanto, foi o ensaio *On the Balance of Power*, de 1742, do pensador David Hume (2004), que ganhou notória relevância entre os intelectuais modernos, sendo usualmente citado como o marco inaugural das discussões sobre equilíbrio de poder. Fundamental para a formação de uma escola de pensamento que viria a se preocupar com a questão, o texto procurou desvendar se a dimensão de equilíbrio já estava posta desde o mundo antigo ou seria uma formulação moderna e europeia. A suposição era que a ideia de equilíbrio seria simples e elementar desde os tempos imemoriais, pois seria óbvio a quaisquer governantes que se uma força com capacidade de impossibilitar a autonomia e sobrevivência dos vizinhos surgisse, a ponto de neutralizar as possibilidades de se defender contra ela, era um elemento de ameaça contra todos que o circundavam. O equilíbrio deveria ser um antídoto para a formação de impérios extensos, pois entendia que essas unidades políticas dificultavam o progresso da natureza humana. A existência de atores soberanos, sem a submissão a um jugo imperial, facilitaria assim o desenvolvimento moral, relacionando a política do equilíbrio com um elemento eminentemente filosófico.

¹² Para Michael Sheehan (1996, p.4-5), a força dessa perspectiva residiria no fato que seu alcance extravasaria os estudos acadêmicos das relações internacionais, se convertendo em um farol para muitos estadistas, que o entenderiam como um método de assegurar a autonomia e independência dos seus Estados. A alusão à balança de poder, por exemplo, teria servido desde então como referencial simbólico didático durante todo o desenvolvimento do campo acadêmico das relações internacionais.

¹³ O mecanismo de regulação, no entanto, não seria automático. Os Estados mais fracos nem sempre iriam se acomodar em alianças contra outras potências para contrabalancear o poder da liderança local, mas por vezes poderiam se associar a ela “na esperança de receber recompensas especiais”, resultando no denominado *bandwagon*. (HURRELL, 1995) Esta situação, descrita e predita pelo referencial proposto pelo teórico Kenneth Waltz (1979), tenderia a acontecer quando os diferenciais de poder fossem muito grandes, sem alternativas viáveis para outro tipo de acomodação, podendo resultar em ganhos materiais e/ou algum poder de barganha na relação com o mantenedor da ordem hegemônica. Assim, equilíbrio e o *bandwagon* seriam frutos da estrutura, alterando o nível de análise do Estado para o sistema. Desta maneira, o ambiente anárquico seria um condicionante ameaçador que influenciaria essencialmente no cálculo de cada ator, obrigando a maximizar seus ganhos em vista de defender a sobrevivência e autonomia não asseguradas pela estrutura.

diversos estudos sobre a política externa do Brasil no Prata. A onipresença da concepção levou autores, como Magnoli (1997, p.133-134), afirmarem que até pelo menos as últimas décadas do século XIX, a América consistiria efetivamente em um conjunto pouco articulado de sistemas sub-regionais, marcados pela precária integração das unidades políticas fora desses contextos e “ausência virtual de uma potência americana dominante”, funcionando em sua maioria dentro das regras da “balança de poder”. Segundo o autor, o subsistema platino gravitaria também nesse modelo, orientado pela disputa de poder entre Brasil e Argentina, tendo o Uruguai e Paraguai como eixos dessa rivalidade e focos de instabilidade na manutenção do equilíbrio.

Entre os contemporâneos, havia o reconhecimento da existência de uma dinâmica de equilíbrio na região, disseminada entre políticos, ministros de estado e diplomatas, podendo ser encontrada em numerosas menções nas mais diversas fontes documentais, especialmente as diplomáticas, fazendo-se presente também como conceito de uso comum nas correspondências enviadas de outros países da região. De maneira geral, elas entendiam e se referiam a um ‘equilíbrio político’ como algo desejável, que evitaria a preponderância de um dos Estados americanos sobre os outros. Frequentemente defendiam ou repudiavam ações que fossem em desencontro com o ideal desse ‘equilíbrio’, sendo que por vezes não era entendido apenas no contexto do subsistema platino, mas também de uma balança de poder maior, que abarcaria todos os países sul-americanos.¹⁴ A busca pelo equilíbrio era então mais do que desejável; se convertia em uma necessidade indispensável e uma política de Estado.

Contudo, ainda que referendado pela documentação, a premissa de que haveria um equilíbrio de poder nos moldes apresentados esbarra em limitações que ultrapassam a análise mecânica, sistêmica e política daqueles anos. Se analisado de maneira minuciosa, para que funcionasse nos seus contornos completos, seriam necessários Estados e sociedades razoavelmente organizados, de estruturas consolidadas, com monopólio da execução da política exterior e da guerra, típicas do que se conveniu chamar de Estado-Nação. Essa realidade era reconhecida pelos políticos e formuladores de política externa nas unidades políticas platinas, que entendiam que os respectivos pilares de sustentação estatal eram frágeis, o que causava uma instabilidade quase ininterrupta e em geral extravasavam as fronteiras em um momento que sequer estavam definidas, internacionalizando os conflitos. Os aparelhos burocráticos e militares não estavam plenamente constituídos, dividindo a elaboração e execução da política

¹⁴ Joaquim Nabuco (1963), por exemplo, afirmava na sua autobiografia que teria sido a ‘política de equilíbrio’ responsável pela manutenção de uma conjuntura favorável ao Império no Prata, deixando implícito que seu esporádico abandono teria ocasionado os grandes conflitos na região.

externa entre diversos grupos domésticos, sem que nenhuma fração fosse capaz de controlar plenamente a dinâmica política.

De maneira geral, os Estados formados na região platina apresentavam quatro padrões históricos inter-relacionados durante o processo de formação e consolidação nacional, demonstrando o alcance dessa debilidade: **primeiro** - os limites eram instáveis, ainda quando os tratados cuidadosamente os definiam; **segundo** - a lógica econômica incentivou encontros violentos entre essas fronteiras, na medida em que os esforços para controlar recursos e rotas comerciais excediam o respeito formal das soberanias; **terceiro** - a política era confusa e problemática, com o poder da autoridade central se estendendo para o interior apenas de maneira hesitante; **quarto** - a sobrevivência dependia da organização política e militar local. (WHIGHAM, 2010, p.25-26)

Deste modo, a essência do subsistema platino repousava na difícil interconexão entre essas diversas unidades políticas e seus tortuosos processos domésticos. O terreno de disputas era aberto, quase nunca circunscrito aos limites territoriais então vigentes, sem que os mecanismos nacionais estivessem consolidados. O descompasso entre a construção de estruturas soberanas viáveis, em meio a um ambiente internacional hostil a esses novos Estados, se somava à precariedade completa dos arranjos políticos domésticos, que emulavam apenas na forma os seus análogos europeus. Os Estados não eram capazes de fazer guerra e nem criar alianças de maneira autônoma, rivalizando permanentemente com outras forças internas.

A busca pelo equilíbrio de poder esbarrava ainda em outros impeditivos. A precariedade dos aparelhos de coerção, aliada a uma debilidade econômica que imperava majoritariamente, impedia que os manejos externos fossem realizados de maneira organizada e sistemática. A ausência de um estabelecimento definitivo de fronteiras entre esses novos Estados, particularmente durante a primeira metade do século XIX, propiciou que as relações de poder local também não respeitassem quaisquer limites, sendo reproduzidas por meio das redes políticas, sociais e familiares forjadas ainda no período colonial. A região fronteiriça se configurava durante esse processo como um espaço impreciso em termos geográficos, sem definições claras de soberania, permitindo uma zona de interação de pessoas, mercadores e ideias que sistematicamente não respeitavam os limites.

As similitudes dos processos de produção e o intenso trânsito interfronteiriço intensificavam esse quadro de relações entre as populações e governos desses territórios, especialmente pelos laços de amizade, parentesco e camaradagem entre os oligarcas platinos. Partes fundamentais dessas interconexões condicionaram o processo de formação nacional

nessa região, gestado em meio a um complexo cenário de consideráveis conflitos, pautados por contínuas escaramuças e contendas de particulares, além de revoltas provinciais e constantes litígios entre chefes locais. Nestas zonas estabeleceu-se ao mesmo tempo “limite e contato, concertando instabilidade, conflito e integração” (FLORES, 2012, p.304).

No Brasil essa instabilidade regional impunha, principalmente à província do Rio Grande do Sul e seus habitantes, a necessidade de se converter em posto avançado na defesa do território, além de proteger suas propriedades de quaisquer ameaças advindas dessa condição, participando ativamente da distribuição de poder regional, tornando-se peça essencial do singular equilíbrio platino. A precariedade do governo central em garantir efetivos mecanismos de controle, coerção e vigilância de fronteiras, incapazes de simultaneamente manter a ordem e defender o território - apesar da construção ao longo de toda a fronteira meridional de sistemas de fortes e acampamentos militares - logo significou a dependência dos oligarcas rio-grandenses para alcançar essas finalidades. O sistema de estâncias, amparado na pecuária e na facilidade de recrutamento de homens do campo para atividades militares, foi fundamental para a defesa do território, produzindo uma classe de ‘soldados-estancieiros’, que possuíam grande preponderância na dinâmica local (LEITMAN, 1979, p. 79).

Essas indefinições nas fronteiras nacionais, especialmente entre Brasil e o Uruguai, também internacionalizavam as convulsões permanentes na região platina que se alastravam pelas unidades políticas na porosidade das regiões lindeiras e as teias sociais entre as populações de lado a lado. Sem marcos divisórios plenamente consolidados entre a província rio-grandense e os vizinhos meridionais, os estancieiros também atuavam de forma ostensiva nos territórios próximos, participando da vida política uruguaia e argentina, e nas lutas entre os diversos partidos platinos nos territórios de Buenos Aires e nas províncias do Litoral, especialmente Entre Ríos e Corrientes, procurando garantir seus interesses e manutenção das suas alianças pessoais ou camaradagem. (FELDE, 1991; NAHUM, 2001)

Sem alcançar na sua plenitude, em termos weberianos, o ‘monopólio da violência’, a força militar brasileira na fronteira assumia um caráter semiprivado. Esse cenário deixava o governo imperial em uma situação delicada, uma vez que enfraquecia simultaneamente sua posição doméstica e externa toda vez que a lealdade rio-grandense fraquejava, usualmente movida por seus interesses regionais. Conhecendo sua importância e poder – principalmente pelo papel decisivo na defesa do território imperial – os estancieiros exercitavam a sua musculatura exigindo do poder central vantagens e benefícios, no limite ameaçando com seu a própria unidade territorial do Império. O episódio mais emblemático dessa trajetória foi a

Guerra Civil Farrroupilha (1835-1845) que durante quase dez anos consumiu recursos e demandou cuidado do governo brasileiro como nenhuma outra província havia sido capaz de fazer, especialmente após seu horizonte de atuação ter culminado na criação de uma República independente. (FERREIRA, 2006, p.74-75)

Dessa forma, a manutenção do território continental e a formidável multiplicidade de realidades locais, com suas lideranças e hábitos, aumentavam exponencialmente as dificuldades de consolidação nacional brasileira, especialmente nas regiões com grande domínio de grupos e oligarquias locais, como no Rio Grande do Sul. O cenário de instabilidade interna, a disputa entre o aparelho estatal e as diversas frações regionais era a tônica, em um ambiente de pluralidade social e econômica que se distribuíam entre características e contextos distintos e complexos. A carência de unidade foi parcialmente compensada pela dedicação das oligarquias dirigentes do Império, em boa medida formadas na Europa ou centros universitários dentro do país, o que resultou em um laço importante de solidariedade, ainda que não tenham sido capazes de impor uma estabilidade e um projeto para todas as províncias sem uma prolongada luta, especialmente na porção meridional (CARVALHO, 2011).

Apesar dos percalços, paulatinamente o corpo político imperial conseguiu reunir elementos para pacificar o território. Finalmente, na década de 1850, quando os artífices da “ordem”, nos termos de José Murilo de Carvalho (2011), amparados pelas reformas conservadoras e centralizadoras implementadas na década anterior (1840) foram capazes de estabilizar o Império, possibilitaram que altas somas de capital e coerção estivessem à disposição do Estado imperial do Brasil. Como defende Ilmar de Mattos (1991), o imperativo da centralização e estabilização política, denominada por ele de ‘Tempo Saquarema’, veio acompanhado da supremacia ideológica e prática dos grandes proprietários de terras e burocratas ligados aos primeiros; domínio do partido Conservador; a vitória da noção no corpo dirigente brasileiro de um liberalismo de matriz europeu; a manutenção da escravidão, apesar da extinção do tráfico de escravos.

A consolidação nacional foi apenas possível após a pacificação das províncias com a implementação de um arranjo institucional, que como defende Miriam Dolhnikoff (2005, p.13), acomodou as oligarquias locais, garantindo autonomia administrativa relativa e representação no governo central pelo legislativo, após a pouco exitosa experiência federativa experimentada durante parte dos anos 1830. Mais do que fruto de uma política de força imposta do Rio de Janeiro para o resto do país, esse arranjo se forjou em uma divisão de competências entre o centro e as províncias, além da preservação de espaços de autonomia para que o poder

provincial fosse respeitado.

Esse arranjo possibilitou que o Estado central, carente de mecanismos capazes de impor sua hegemonia sobre todo o território, pudesse em troca da criação de governos regionais relativamente autônomos, usufruir dessa organização como um braço do poder central nas localidades espalhadas por todo o Império, viabilizando a construção do Estado nacional brasileiro e a manutenção da sua unidade por meio da cooptação e do apoio dos diversos e dispersos grupos dominantes regionais. O preço pago por esse modelo foi o fortalecimento de grupos regionais no interior do aparato estatal e o estabelecimento de influentes ramos oligárquicos em trajetória indissociável com a política brasileira, no entanto, consolidava o Estado nacional brasileiro em um arranjo que abarcava a pluralidade de representações regionais. (DOLHNIKOFF, 2003, p.467-468)

A dessemelhança estava posta: enquanto a consolidação nacional não foi alcançada nos anos 1850, o peso permanente das relações exteriores na região do Prata se dividia entre o centro, ou seja, a corte do Rio de Janeiro e seus instrumentos de ação, especialmente a sua rede diplomática; e os oligarcas rio-grandenses, que se colocavam entre os interesses do governo central, dos Estados vizinhos e eventualmente entre si. Estes possuíam uma agenda particular, por vezes pouco aderente aos interesses da Coroa, acordando e desacordando ao sabor das necessidades, sem necessariamente recorrer aos ornamentos europeus no exercício da diplomacia e guerra.

Ligados majoritariamente à atividade pecuária, locadas em unidades de produção que permitiam extrair recursos, mobilizar homens e garantir uma supremacia local, os estanceiros reuniram durante todo o processo de estruturação nacional recursos para serem incluídos em qualquer cálculo político relacionado ao Prata. O controle do território, a facilidade em engrossar suas fileiras de milícias particulares e os laços identitários favoreciam suas ações, poder e determinavam o alcance de suas requisições, que abarcaram vertentes diversas, como as de tendência republicana e emancipacionista. A Guerra Civil Farroupilha representou essa disputa de maneira mais expressiva, convertendo-se na síntese deste âmbito de disputas e dissidências entre o centro e parte dos estanceiros rio-grandenses. Além disso, relações pessoais, de fraternidade e/ou interesses materiais os conectavam com seus análogos em territórios vizinhos, que por meios próprios de gerir as relações entre eles, formaram uma diplomacia de traço periférica, comumente alheias às determinações do Rio de Janeiro e/ou do próprio governo provincial.

Os estanceiros, indispensáveis, dadas a soma de poder econômico, político e militar

que reuniam para a defesa das fronteiras meridionais, atividades de policiamento e rendas para o Império, obrigaram os artífices da política externa brasileira a considerarem e requisitarem sistematicamente seus serviços, os cortejando e tentando garantir sua lealdade. Se por um lado era penoso rivalizar militarmente com esses poderosos locais, insuperáveis em suas vantagens estratégicas e de mobilização, o poder central dispunha comparativamente com uma capacidade econômica e estrutural muito mais abastada, exercendo seu peso para neutralizar dissidências. Contava para essa operação com o apoio de grupos econômicos rio-grandenses que dependiam diretamente das vantagens comerciais propiciadas pelo comércio interprovincial, notadamente os núcleos de charqueadas que abasteciam as populações escravas no Centro-Sul e Nordeste brasileiro, e a investida permanente do seu corpo diplomático nos diversos países da região para conseguir apoio ou neutralizar a ação de outros Estados nas disputas provinciais rio-grandenses.

Dessa forma, esse conjunto de disputas e desafios condicionaram decisivamente a formulação e execução da política externa brasileira no Prata, que procurou reiteradamente garantir seus interesses geopolíticos na região (liberdade de navegação, consolidação de fronteiras, pacificação do estuário), buscando sistematicamente garantir um equilíbrio de poder vantajoso; enquanto tinha de lidar com a pressão na órbita provincial dos oligarcas rio-grandenses, que pressionavam a diplomacia imperial a agir para salvaguardar seus interesses nas regiões de fronteira. Do Rio Grande vinham pedidos insistentes de ajuda e intervenção, quase sempre acompanhados de ameaças e insinuações de novas revoltas e sublevações caso não atendidos, inquietando o governo central, por vezes coagido pelas circunstâncias a agir para atender a essas demandas. Essa pressão foi fundamental na participação direta do Brasil nos conflitos platinos que tomou parte, particularmente na Guerra Civil Uruguaia (ou ‘Guerra Grande’, entre 1839-1851) e na coalizção contra Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires, em 1851.

‘Diplomatas’ e ‘Estancieiros’ representaram assim os arquétipos de uma dualidade persistente entre o governo central e os oligarcas regionais durante o processo de construção nacional brasileira. Uma relação que extravasava as fronteiras províncias do Rio Grande do Sul, opondo-os e os complementando a depender do contexto, sem que nenhum deles fosse capaz de reunir isoladamente capacidade de impor seus interesses ao outro. Dispersos entre eles, os mecanismos de capital e coerção não eram exclusividade de nenhum, que dividiam entre si o peso e as responsabilidades que a posição geográfica impunha. Nesse complexo manejo doméstico decidiram-se os destinos da formação e consolidação da fronteira meridional, além do tipo de interação que o Império teria com os vizinhos platinos.

A tese procura, portanto, analisar as interconexões entre a consolidação nacional brasileira e a dinâmica pelo equilíbrio de poder platino durante a formação dos Estados nacionais na região, com ênfase no período entre os anos 1828-1852, evidenciando os elos entre essas duas esferas, com atenção especial à influência e pressão exercida pelo contexto rio-grandense e dos interesses locais na política externa brasileira. Dessa forma, demonstra-se o alcance e o peso que essa dimensão última representou no processo de formação do Estado brasileiro, sendo um elemento decisivo, especialmente por condicionar de sobremaneira o modelo de ação que este teria no contexto meridional.

Destarte, esse imperativo nos obrigou a definição de um modelo teórico-metodológico capaz de guiar a investigação e a exposição, recorrendo às alternativas apropriadas para lidar com o caráter restritivo do subsistema platino - caracterizado pela formação dos Estados nacionais em meio a um contexto de grande peso das realidades locais e debilidade central. Apesar das diversas tentativas de se incluir essa multiplicidade de fatores nas análises sobre a sua relação entre Estado, política externa e formação do território, em regra não se problematiza como o equilíbrio de poder, seja como mecânica abstrata e sistêmica, ou como política deliberada, funcionaria entre sociedades fragmentadas e em plena disputa interna por projetos de construção dos mecanismos nacionais de capital e coerção.

A alternativa foi incorporar de maneira deliberada o exame simultâneo da realidade interna dos Estados e sua relação com suas sociedades, especialmente no campo da percepção e da proporção de recursos alocados na política externa, afastando qualquer enfoque puramente sistêmico. Assumiremos então que o acesso aos recursos domésticos determina a magnitude e a ambição possível no plano externo, gerando dois níveis de análise interdependentes que se localizam no campo teórico entre as análises estruturais e de viés sociológico. A premissa dessa fundamentação aceita as proposições de Gideon Rose (1998) – que ao invés da clássica proposição de que os Estados procuram essencialmente por segurança – afirma que as unidades políticas respondem às incertezas do ambiente anárquico e obscuro (“*anarchy is murky*”) buscando controlar e moldar o seu ambiente externo, perseguindo para isso mais influência na medida que são capazes de acessar e alocar esses recursos internos.

Assim, o escopo e a ambição da política externa de cada país são dirigidos pela sua posição no sistema de Estados, e mais especificamente pela sua capacidade material e de poder relativos. No entanto, o impacto dessas esferas sobre a política externa é indireto e complexo, já que a inserção internacional é formulada e manejada pelas lideranças políticas e/ou grupos que controlam os Estados. Por isso, mais do que a quantidade de recursos físicos ou da força, é

a capacidade de mobilização desse poder relativo que realmente importa. Isso significa que a ação exterior pode não acompanhar necessariamente as tendências impostas pelo poder material, especialmente porque em determinados contextos, as próprias oligarquias políticas não têm liberdade para extrair e/ou direcionar recursos nacionais como poderiam desejar para a ação externa.

O arcabouço do equilíbrio de poder - especialmente seu uso e alcance – também poderiam ser usados e aproveitados nesse contexto, dado que tanto os políticos daqueles anos, quanto a literatura em história da política externa reconheciam sua existência e importância. A alternativa encontrada para contornar as suas limitações seria então conceber o ‘equilíbrio de poder’ como um conceito histórico¹⁵, fundamentado por uma realidade objetiva, respeitando os imperativos do seu tempo e as limitações da conjuntura em que está inserido; e não como uma lei geral. Isso significa adaptar o ferramental teórico à realidade platina, ou seja, ao contexto das unidades políticas e sua lógica de interação, sem desprezar seu potencial de estudo de longo alcance, procurando contemplar o que significou essa dimensão naquele contexto, especialmente no entendimento que possuía para os formuladores da política externa.¹⁶

O desafio de sistematização dessas variáveis, como vimos, é grande. A saída encontrada para vencer essas dificuldades levou à solução de absorvermos as variáveis que compõem a dinâmica do equilíbrio de poder, conforme os marcos definidos por Edward Vose Gulick, contrastando-os com o processo histórico da região platina. Dentre os teóricos do

¹⁵ Martin Wight (2001, p.167-179) seguia pressupostos semelhantes ao reconhecer que o termo ‘equilíbrio de poder’ seria uma expressão enganosa e ambígua se ignoradas as condições históricas. Considerava que o principal problema do conceito de ‘equilíbrio’ era a forma como seria empregado, com um excesso de sentidos que foram a ele atribuídos ao longo do tempo, especialmente pelo realismo político e seus adeptos. Ainda assim, a teoria-conceito não poderia ser desprezada, já que o estudo de suas formas e contextos possibilitaria, por meio uma “metáfora mecanicista”, analisar a distribuição de poder e os ciclos das grandes potências, abrindo espaço para deduções alternativas em outros campos. Dessa forma, o conceito e as implicações do equilíbrio de poder seriam uma ferramenta útil para descrever os fenômenos das relações internacionais, “contanto que não suponhamos que ela esgote tudo de importante que pode ser dito sobre elas.”.

¹⁶ Um dos principais autores a avançar nesse mesmo sentido foi Adam Watson, na obra *A evolução da sociedade internacional* (2004), refinando por meio do conhecimento histórico as discussões sistêmicas, abrindo espaço para pensar a evolução do sistema internacional desde o seu nascimento. Notabilizou-se por aplicar conceitos e premissas como as do equilíbrio de poder em lógicas pré-nacionais, transcendendo assim as fronteiras de Paz de Vestefália (1648). Sua interpretação entrega um amplo estudo sobre a formação dos sistemas internacionais antes da supremacia do modelo europeu de Estado e diplomacia, desenvolvendo um exercício comparado de larga escala, perpassando toda a antiguidade até o advento da sociedade internacional contemporânea. Barry Buzan e Richard Little Watson, na obra *International Systems in World History - remaking the study of international relations* (2000); e Stuart J. Kaufman, Richard Little e William Woglforth, em *The Balance of Power in World History* (2007), seguiram a mesma premissa ainda que por caminhos alternativos, procurando uma correlação entre o estudo histórico em Relações Internacionais e as teorias assentadas na dinâmica do equilíbrio de poder. Esses estudos demonstram como o uso das definições de equilíbrio podem ser apropriadas para o entendimento de processos históricos internacionais, sendo uma alternativa de análise para temas de longo alcance, podendo ser aplicados nos mais diversos contextos espaciais e temporais.

equilíbrio de poder, Gulick foi um dos autores que produziu uma das obras seminais sobre a temática, *Europe's Classical Balance of Power* (1955), que procurou apresentar os principais corolários que definiriam o equilíbrio de poder. Sem pretensões universalizantes, a intenção se concentrou no caso europeu e suas unidades nacionais e soberanas, recorrendo a uma teorização que servisse especialmente a esse contexto. No entanto, ao restringir seu objeto, acabou inequivocamente produzindo um modelo de análise que podia ser aplicado em muitos outros contextos ao dividir a dinâmica do equilíbrio em diversos conceitos-chave como os da: **prevalência da vigilância; aliança e coalizões; distribuição de poder; guerra**. Esse amplo e abrangente repertório possibilitou analisar a dinâmica do equilíbrio em seus mais diferentes âmbitos, revelando seus principais contornos.

Assumiremos também o binômio capital e coerção proposto por Charles Tilly (1996, p.63-67), já que no âmbito cruzado das duas esferas estão as bases para a formação e consolidação dos mecanismos nacionais que se relacionaram com a política externa. No desenvolvimento desses mecanismos, em meio à disputa pelo modelo e controle deles, estavam postas as limitações e capacidades da inserção, notáveis no caso brasileiro. As particularidades dessas esferas serão contrastadas com o modelo de equilíbrio, admitindo a influência da dinâmica externa nas diversas unidades políticas que compunham o espaço de interação platino.

Capital e coerção e a dinâmica do equilíbrio formam então os alicerces investigativos, que juntos abrangem a complexidade da formação e consolidação do Estado brasileiro e sua dinâmica conflitiva na porção meridional, em meio ao contexto do subsistema na primeira metade do século XIX. O Brasil e sua relação com o subsistema platino será o foco da análise, mas dentro dessa sistemática poderia ter sido qualquer outro, servindo como um modelo possível para análises de longo alcance de sistemas e/ou subsistemas internacionais, especialmente em contextos pré-nacionais.

O alcance e natureza da pesquisa, além da ampla consulta de fontes bibliográficas, nos obrigou a uma extensa análise de fontes documentais, perpassando os governos platinos, brasileiro e provinciais, destacadamente do Rio Grande do Sul. A atenção especial no contexto Rio-Grandense se justifica pela sua enorme relevância estratégica, especialmente para as outras potências platinas. Sua importância era indiscutível, e como define Spencer Leitman (1979, p.51), uma peça “decisiva para qualquer acordo na balança de poder.”. A escolha investigativa serviu às intenções expostas por meio de escolhas documentais capazes de revelar três elementos: **primeiro** - os movimentos do subsistema do Prata, especialmente na distribuição de poder e no equilíbrio regional; **segundo** – a atuação da diplomacia imperial no espaço platino

e seus canais de ação, em paralelo aos desafios impostos pelas frações regionais da fronteira meridional na construção da unidade; **terceiro** – as interconexões entre os dois primeiros.

Dois eixos foram essenciais nessa empreitada. O primeiro deles contemplou o vasto acervo documental sobre o período imperial, com destaque para as coleções consultadas no Arquivo Histórico do Itamaraty. A pluralidade e volume colossal de fontes impôs à investigação recortes limitados que privilegiassem os desígnios da pesquisa. Dentre as fontes selecionadas, temos: os Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE)¹⁷; as documentações de embaixadas na região do Prata; as notas de governo; as instruções aos representantes imperiais no exterior; as missões especiais para os países platinos e coleções de cartas de personalidades importantes para região, como as Falas do Trono; as atas e votos dos membros do Conselho de Estado e da seção de negócios estrangeiros; relatos de autoridades diplomáticas e militares sobre as questões brasileiras e/ou platinas. O enfoque foi indagar às fontes como estas revelavam as diversas alterações e perturbações das relações internacionais e do equilíbrio de poder, apurando a interconexão desses movimentos sistêmicos na política externa brasileira, especialmente nos votos dos conselheiros no Conselho de Estado.

O segundo eixo centrou-se em coleções provinciais, notadamente rio-grandenses, distribuídas em uma infinidade de referências, olhares alternativos ao tema da construção nacional e política externa brasileira. Pouco consultadas em pesquisas dessa natureza, possibilitaram uma diversidade e novas visões para a temática, abrindo espaço para analisar a interconexão entre os elementos de capital e coerção na formulação e execução da política externa.

Dentre as coleções desse último eixo, duas se sobressaem. A primeira são os relatórios provinciais produzidos pelas administrações locais e usualmente apresentados para as assembleias provinciais. Neles se adentram na dinâmica interna de cada uma das localidades, expondo as características, contradições e dificuldades encontradas, e como a política externa se relacionava e repercutia em cada uma das regiões investigadas. Essa fonte tem sido historicamente negligenciada em pesquisas desse tipo, já que em geral não se imagina encontrar

¹⁷ O Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE), instituído pelo artigo quarenta e dois, da Lei de 15 de dezembro do ano 1830, da lei de fixação de despesas, tinha como função atender ao dispositivo legal que obrigava os ministros e secretários de Estado dos Negócios do Império, Justiça, Fazenda, Guerra, Estrangeiros, Marinha, apresentarem diante da Câmara dos Deputados “as medidas tomadas para o desempenho de seus deveres, e a necessidade, ou utilidade do aumento, ou diminuição de suas respectivas despesas” (COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1830, p.100). O vínculo do relatório com a votação das despesas obrigava o titular da cadeira a mobilizar forças e construir narrativas capazes de ressaltar as necessidades de investimento em determinado setor. Peça política de primeira grandeza, sua exposição no parlamento abria espaço para debates profundos sobre a situação de cada uma das esferas da administração, que no caso dos assuntos internacionais provocavam grande repercussão, alimentando e tencionando as fileiras partidárias para uma ou outra posição.

ali colaborações em matéria de política externa brasileira. Todavia, diversas considerações desse trabalho só foram possíveis pelo exame dessas coleções, que se revelaram fundamentais para o entendimento da dinâmica internacional. A razão disso é que o foco destes documentos era descrever o estado das províncias e questões práticas: em regiões de fronteira, como o Rio Grande do Sul, envolvia invariavelmente a dimensão externa e seus reflexos. Cada perturbação no contexto regional era debatida e exposta de maneira concreta, sempre acompanhando uma discussão sobre suas causas e consequências.

O segundo foram os ofícios trocados entre as autoridades rio-grandenses, majoritariamente o presidente da província e o ministro dos Negócios Estrangeiros.¹⁸ Essa documentação revelou-se importante no entendimento da interconexão entre a política externa e as pressões e demandas dos estancieiros da província: esse era o canal específico para que o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros desse ordens e diretrizes para controle e execução de temas de política externa que estavam sob jurisdição do governo provincial. Uma das razões que auxiliaram esse fundo a reunir tantos dados importantes foi o posicionamento estratégico delegado pelos ministros à província do Rio Grande do Sul, que como revelado nas instruções para seus enviados nos países do Rio da Prata, exigiam desde a década de 1830 que reportassem todas as questões que entendessem importantes ao presidente da província do Rio Grande do Sul. (AHI 317/4/11)

Essa tradição estendeu-se pelas décadas seguintes, notadamente com o estabelecimento de uma correspondência regular entre as autoridades brasileiras em Montevideu e do Rio Grande do Sul. Essa interlocução era reportada constantemente para o Rio de Janeiro e se converteu em um eixo vital da diplomacia imperial, concentrando informações e participando da esfera de deliberação. Esses dois polos municavam as decisões na corte com suas observações e interesses, o que aumentava a importância e peso de ambos na condução da política externa. Em última instância, eram os olhos e braços do Império no Prata, influenciando e sofrendo primeiro as consequências de qualquer ação externa na região.

Por meio desses últimos foi possível conhecer outros ângulos da realidade platina, reunindo informações que, por vezes, perpassam de maneira periférica pela documentação diplomática regular. A validade da correspondência está no fato de que ela era o caminho principal – em um momento de grande debilidade nos transportes e comunicações – para que as informações da província e dos países platinos chegassem ao centro de poder. Em seu

¹⁸ O fundo foi consultado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e no próprio Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, que por meio de seu extenso material se ancorou parte considerável das observações e visões acerca da diplomacia imperial no Prata e da formação e consolidação nacional.

conteúdo, encontram-se assuntos dos mais diversos, desde relatos substanciais até simples boatos, perpassando os mais diversos temas com uma periodicidade praticamente diária. Desta forma, chegavam ao Rio de Janeiro informações essenciais, que incluíam anexos variados, como: jornais, cartas de autoridades estrangeiras, relatos militares e até abaixo-assinados de proprietários brasileiros exigindo alguma política específica do governo imperial. Usualmente questões militares também eram relatadas, como movimentos de tropas, possibilidades de invasão e outras eventualidades, além de apresentar eventualmente relatórios provenientes de espionagem, de contatos pessoais da presidência e de outras autoridades brasileiras na província ou nos países platinos.

Procurando abarcar e aprofundar as proposições até aqui expostas, os capítulos respeitaram uma divisão pautada em marcos interconectados. Inicialmente apresentamos no segundo capítulo os desígnios de formação e funcionamento do subsistema platino, demonstrando os imperativos do passivo colonial e a formação e construção nacional nas diversas unidades políticas da região, ressaltando e discutindo as especificidades do caso brasileiro. A discussão foi organizada de maneira a demonstrar como as vicissitudes históricas e políticas antes e depois dos ciclos de independência possibilitaram a existência de uma conjuntura singular, impondo causas e condições específicas para os atores políticos daquele momento, com especial atenção ao Império.

Nos dois capítulos seguintes recorreremos aos elementos do equilíbrio de poder durante o processo de formação do subsistema platino, demonstrando o papel exercido tanto pelo Brasil, quanto pelo Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XIX nesse contexto. Estabelecemos para isso um modelo de análise pautado nos elementos estruturais de proximidade e oposição entre eles junto ao conjunto de unidades políticas na região, adicionando no mesmo plano os influxos internos de cada um deles. Por fim relacionamos os eixos centrais da exposição no quinto e último capítulo, demonstrando como as duas grandes dimensões – diplomatas e estancieiros - forjaram simultaneamente a diplomacia imperial no Prata.

Dessa forma, tornou-se possível reunir em um mesmo marco de pesquisa o equilíbrio de poder, formação nacional e a dinâmica doméstica, contribuindo para o entendimento das relações internacionais no século XIX por meio de um método alternativo de análise, capaz de revelar a natureza das pressões vindas da fronteira meridional para a inserção brasileira no Prata. Como demonstraremos, após décadas de disputas e conflitos entre o centro do Império e as frações meridionais, uma convergência de interesses resultou como síntese do eixo de ação

brasileiro no subsistema, definindo os destinos das populações e das unidades políticas que ali habitavam.

Para facilitar a leitura e fluidez do texto, as transcrições, citações e trechos referenciados foram feitos apenas com atualização da pontuação e da ortografia, mantendo a grafia original quando necessário para não alterar o valor semântico. Uso de palavras maiúsculas foram respeitadas como no original, assim como quaisquer tipos de realces. Além disso, adotamos um padrão de citação adaptado específico para as fontes documentais, indicando as informações essenciais (modalidade, data e referência nos arquivos), procurando condensar essas informações com o uso de siglas, que podem ser encontradas no quadro produzido e apresentando no início da tese. As informações completas sobre cada uma das fontes documentais podem ser encontradas na sessão destinada a essa finalidade. Além disso diversos mapas estão disponíveis em anexo, ajudando na localização e entendimento das questões tratadas durante as discussões.

6 APONTAMENTOS FINAIS

Observando em perspectiva a longa jornada da gênese e consolidação do subsistema platino, desde a Convenção Preliminar de Paz 1828, até a queda do domínio de Rosas na Confederação Argentina, nota-se fundamentalmente a importância da dimensão de construção nacional nas diversas unidades políticas dispostas no espaço platino. Em um contexto em que os âmbitos externos e domésticos não estavam totalmente consolidados, a criação e intensificação dos mecanismos estatais acabavam por se confundir com a própria dinâmica de equilíbrio, que se alternava essencialmente por movimentações provocadas pelas disputas internas, quase sempre internacionalizadas.

Cada um dos grupos que conquistava o poder nos Estados platinos era impelido pela permanência desse intenso influxo interno, que sistematicamente condicionava seus cálculos políticos. Essa debilidade possibilitava que os poderes internos aos Estados participassem ativamente desses embates, disputando eventualmente em pé de igualdade com os governos centrais a agenda política interna e externa. Conforme os conflitos domésticos nasciam e se arrastavam, mais intenso esse elemento se impunha na esteira da incapacidade dos novos países em manter a ordem e fazer valer sua soberania. Dessa forma, se intensificavam circunstâncias permanentemente adversas, uma vez que esses interesses eram condicionantes do próprio jogo político platino.

À medida que alterações nas disposições de força interna ocorriam, resultado dos infindáveis embates, corroendo o poder e a legitimidade dos governos constituídos, menores eram também as alternativas que pudessem manter um arranjo de conciliação viável entre os interesses locais e o complexo quebra-cabeça regional. Qualquer que fosse o modelo de inserção seguido pelos Estados, encontrava assim sérias adversidades, sob pena de concomitantemente não serem plenamente atendidos os anseios dos grupos de pressão interna e ver sua própria posição fragilizada frente ao contexto do subsistema.

Nasceu dessa conjuntura de disseminada debilidade interna **um equilíbrio de fragilidades**, em que os atores ocupados com as permanentes divergências domésticas não conseguiam se aventurar em qualquer ação concreta que visasse a supremacia no subsistema. A formatação das regras e obrigações contraídas na Convenção Preliminar evidenciava essa realidade. Esse arranjo se intensificou nas décadas seguintes, já que até a formação da ampla coalizão que derrotou Rosas, nenhuma outra havia se formado com capacidade e poder para determinar os destinos do subsistema; seja por incapacidade e comprometimento interno das

unidades políticas platinas; seja pela interferência sistemática de forças interventoras europeias que deliberadamente congelaram as disputas, impedindo e postergando a iminência de um conflito geral.

Para o Império, o contexto platino foi durante todo o século XIX a questão internacional por excelência, vinculando seus destinos aos acontecimentos naquela região encravada nas suas fronteiras meridionais. Tendo em vista o revelado pela documentação diplomática e provincial, em especial as ordens expedidas para a província do Rio Grande do Sul, as narrativas sobre a fronteira, e as longas comunicações para com as legações estrangeiras, parece evidente que para a diplomacia brasileira mais importante do que neutralizar Rosas era manter a província meridional pacificada, eventualmente usando da força e do apoio estrangeiro para isso. O ‘temor interno’ foi o grande agente oculto em toda a trama imperial no Prata, que agia obsessivamente no intuito de primeiro vencer, e depois evitar uma reedição da Farroupilha, condicionando a tomada de decisão e impondo aos titulares da pasta das relações exteriores, assim como todo o corpo de autoridades imperiais, uma vigilância incessante.

O tortuoso processo de construção nacional brasileira tem, portanto, relação direta com essas questões. Apesar de suas especificidades, fora gestado de maneira análoga às outras unidades políticas platinas, especialmente durante o ciclo regencial, em que os conflitos se materializaram em grandes disputas militares. Não obstante, a baixa disponibilidade de aparelhos de coerção e a fraqueza dos arranjos fiscais produziam uma conjunção de debilidades que contrastavam com o desafio de controlar e manter unido um imenso território. Se essa realidade transmutou-se em sublevações e disputas armadas nas porções centrais do Império, nos seus ‘confins’ essa realidade foi ainda mais visceral, especialmente nas zonas de fronteira, conectadas a dinâmicas internacionais de outros Estados também em estágios ainda primários de construção e consolidação.

A pressão dos oligarcas fronteiriços e grandes estanceiros se materializava pela própria condição anômala em que a porção meridional experimentava àquela altura. Seu poder e influência eram ditados pela dinâmica socioeconômica regional, valendo-se da debilidade do poder central. A função de braços militares e guardiões da extensa fronteira adicionava relevância a essas camadas, atraindo uma atenção que poderia ser considerada desproporcional em qualquer outro contexto histórico ou geográfico. Usufruindo de somas consideráveis de recursos pela posição privilegiada na estrutura produtiva sulina, essas camadas mobilizavam bens e recursos em torno dos seus interesses, que continuamente se conectavam com disputas e desígnios das clivagens partidárias platinas.

No plano diplomático, o conflito rio-grandense também era tratado como uma grave crise no processo de consolidação brasileira, naquele momento incerto, reforçando a percepção de ameaça e demonstrando os perigos de uma pacificação tardia em um contexto tão complexo como as fronteiras meridionais. A perda da ‘Cisplatina’ já havia significado um extraordinário fracasso na manutenção do território e da unidade, mas sobretudo uma derrota política internacional. Nenhum dos arranjos propostos durante as negociações, e nos anos que se seguiram, conseguiram salvar a província na estrutura do Império, incluindo as tentativas de envolvimento de potências europeias nessa finalidade. A possibilidade de algo semelhante acontecer com o Rio Grande do Sul era absolutamente intolerável.

A necessidade de se criar uma doutrina externa que garantisse a pacificação da província era custosa e de difícil execução. A opção política de neutralidade, apenas de proteger parcialmente o Império das disputas e litígios platinos, por outro lado, o deixava à mercê de quaisquer alterações que acontecessem naquele contexto. Dessa forma, os conflitos rio-grandenses deixavam o Rio de Janeiro em uma posição de grande fragilidade frente aos desafios da fronteira meridional. O Brasil, na impossibilidade de impor acordos que o favorecessem, tentava encontrar alguma brecha sistêmica ou ocasional para assinar acordos que pudessem encerrar as disputas políticas na região, aceitando negociar por mais de uma vez, inclusive, o uso de tropas estrangeiras no seu conflito ‘intestinal’. Caso tivesse avançado o acordo com Oribe durante a regência, ou depois com Rosas no início dos anos 1840, a estrutura platina teria sido mudada radicalmente, e provavelmente alterado de maneira profunda o destino do Rio Grande do Sul. Não se tratou, portanto, de uma trajetória linear, uma vez que o encaminhamento desses arranjos teria produzido efeitos que alterariam completamente também a própria construção do subsistema.

Apenas com a consolidação dos mecanismos nacionais, a partir dos anos de 1840, que o corpo político brasileiro foi capaz de mobilizar recursos e poder para que pudesse fazer valer, ao menos parcialmente, seu arbítrio e autoridade sobre essa região, ao mesmo tempo em que se assumia a necessidade de neutralizar os influxos externos que influenciavam na permanente instabilidade doméstica. Assim que conseguiu encaminhar uma solução de conciliação ao Conflito Rio-Grandense (1835-1845), o Império paulatinamente exerceu sua musculatura regional, absorvendo a pauta das frações oligárquicas fronteiriças, incluindo várias lideranças da extinta República Rio-Grandense, para atuar de maneira mais incisiva nos assuntos platinos, garantindo em troca da estabilidade meridional a defesa de parte fundamental dos interesses locais.

Essa nova postura foi, entre outras coisas, uma resposta à sensação de ameaça que os políticos brasileiros sentiam frente às ações de Rosas, especialmente após a sua interferência na guerra civil uruguaia, participando com um exército argentino em território oriental. Criou-se uma percepção, que logo passou a ser generalizada entre os formuladores da política externa brasileira, em especial no âmbito da chancelaria e do Conselho de Estado, de que o governador de Buenos Aires poderia absorver o Uruguai – e com isso obter excedentes de poder para atacar e anexar o Paraguai. Caso esse quadro se concretizasse, não apenas contaria um vasto domínio no coração do continente sul-americano, como poderia fechar os rios da região aos navios brasileiros, o que impossibilitaria a comunicação com territórios no interior do Império, alterando substancialmente o equilíbrio político no Prata. Seria necessário, portanto, impedir o predomínio completo argentino, neutralizando seus desígnios.

Assim, a dinâmica de coalizões passou a se regular principalmente em torno dos posicionamentos do governador de Buenos Aires. Habilmente ele manejou a política doméstica e as relações exteriores da Confederação, restringindo o raio de ação dos vizinhos. A debilidade brasileira favorecia essa conjuntura, sendo que seus maiores reveses viriam apenas pela presença sistemática de potências extra regionais, impedindo a plena execução dos seus intentos. França e Inglaterra participaram ativamente na política platina, congelando as relações de poder em um momento que se encaminhava uma solução armada generalizada, em um contexto de imensa fragilidade brasileira. O insucesso nas tentativas encampadas pelas duas potências europeias, no entanto, demonstravam o alcance da blindagem que a região tinha frente as influências externas a ela.

A solução pela força só foi encaminhada quando, uma vez mais, o contexto rio-grandense ocupou o centro do debate internacional brasileiro. O estado de completa conflagração da província contra as ações de Oribe, e o ressentimento com a inação da diplomacia brasileira em confrontá-lo, alteraram decisivamente os rumos da política externa brasileira. A ação do caudilho oriental contra os interesses dos estancieros brasileiros residentes em território uruguaio, e nas zonas de fronteira, foi decisiva para que o clamor por mudanças alcançasse com força o governo central.

As ações do barão do Jacuí, e de outras entradas armadas, aceleraram esse processo, que culminariam na guerra geral do subsistema. As autoridades provinciais rio-grandenses foram fundamentais nesse processo, pois além de tolerarem, ao menos em parte, os grupos particulares que haviam recorrido à força na busca por ‘justiça’ e vingança que entendiam merecer; exerceram forte pressão junto às autoridades brasileiras no Rio de Janeiro, como revelado pelos

ofícios trocados entre a presidência da província e a chancelaria imperial.

Ao acolher os interesses dos proprietários na fronteira, a diplomacia imperial se opunha não apenas a Oribe, mas também a Rosas e a maneira como o Império vinha manobrando sua diplomacia desde 1828. Mudava-se então a histórica percepção da diplomacia brasileira acerca do Prata: a celebração de um tratado com o vizinho meridional não seria suficiente para que as questões que afligiam a região fossem solucionadas; era preciso também remover qualquer elemento que pudesse perturbar a ordem nas fronteiras meridionais, intervindo para que seus adversários não tivessem predomínio sobre a região. O sistema de tratados, gestado antes da guerra contra Oribe e Rosas, deveria atender a esses imperativos, além de garantir com bases sólidas os interesses dos oligarcas rio-grandenses no Estado Oriental.

Dessa forma, ‘diplomatas’ e ‘estanceiros’ dividiam o mesmo palco de interações, no entanto, ocupavam posições distintas, quase sempre desconfiando uns dos outros. Sua interação ultrapassava a dinâmica de simples grupos de pressão atuando sobre a agenda externa, convertendo-se em agentes singulares, de capacidade e atuação próprias, ainda que seu destino tenha sido uma convergência que definiria décadas da inserção brasileira na região do Prata. Essa correlação originou um padrão que seria reproduzido nos conflitos que se seguiram, especialmente no prólogo do que viria a ser a Guerra do Paraguai.

REFERÊNCIAS

- ALMAZÁN, B. L. *Proyectos monárquicos en el Río De la Plata 1808-1825: los reyes que no fueron*. Buenos Aires: Sammartino Ediciones, 2011.
- ALMEIDA, M. L. N. *A diplomacia brasileira no Prata: injúrias, motivos e pretextos (1863-1865)*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas, Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Fondo de Cultura Económica, México. 1993.
- ARON, R. *Paz e guerra entre as nações*. 1 a. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p. 936.
- BANDEIRA, L. A. M. *Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003)* - Rio de Janeiro, Revan, 2ª edição, 2003.
- BANDEIRA, L. A. M. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)*. 4 ed, ver. e ampl. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BARRÁN, J. P. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco – 1839 – 1875*. Montevídeu: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.
- BESOUCHET, L. *Correspondência política de Mauá no Rio da Prata (1850 - 1885)*. São Paulo: Nacional, 1977.
- BETHELL, L. *A abolição do comércio brasileiro de escravos*. Brasília: Senado Federal, 2002.
- BETHELL, L. *História da América Latina: volume III: Da Independência Até 1870*. Tradução Maria Clara Cescato – São Paulo: Editoria da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF; Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.
- BETHELL, L. *O Brasil no mundo*. In: CARVALHO, J. M. (coord.). *História do Brasil Nação (1808-2010) – volume 2 – A construção nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- BOXER, C. R. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2002.
- BUSHNELL, D. *A Independência da América Espanhola*. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: volume III: Da Independência Até 1870*. Tradução Maria Clara Cescato –

São Paulo: Editoria da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF; Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, p.119-186.

BURR, R. N. *By Reason or Force: Chile and the balancing of power in South America, 1830-1905*. Univ of California Press, 1967.

BUZAN, B.; LITTLE, R. *International systems in world history: remaking the study of international relations*. Oxford University Press, 2000.

CALÓGERAS, J. P. *A política exterior do Império v. 1. As Origens*; introdução de João Hennes Pereira de Araújo. - Ed fac-similar Brasília: Senado Federal, 1998a.

CALÓGERAS, J. P. *A política exterior do Império v. 2. O Primeiro Reinado*. Ed fac-similar Brasília: Senado Federal, 1998b.

CALÓGERAS, J. P. *A política exterior do Império v. 3. Da Regência à Queda de Rosas*. Ed fac-similar Brasília: Senado Federal, 1998c.

CALÓGERAS, J. P. *Formação Histórica do Brasil*. 5ª Edição - Biblioteca do Exército Editora: Rio de Janeiro, 1957.

CARDOZO, E. *El Imperio del Brasil y el Río de la Plata*. Buenos Aires: Librería del Plata, 1961.

CARNEIRO, A. G. *O juiz conservador da Nação Britânica*. Revista de informação legislativa, v. 14, n. 56, p. 239-246, out./dez. 1977.

CARVALHO, D. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1959.

CARVALHO, J. M. *A Vida Política*. In: *A Construção Nacional (1830-1889)*, volume 2. coordenação de José Murilo de Carvalho - Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CARVALHO, J. M. *A Construção da Ordem: a elite imperial; II Teatro de Sombras: a política imperial*. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARTA, G. *Garibaldi na América do Sul: o mito do gaúcho*. São Paulo: Boitempo, 2013.

CHACON, V. *A grande Ibéria*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2005.

CHACON, V. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editoria Universidade de Brasília, 1981.

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CERVO, A. L., BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. 3ª ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CERVO, A. L. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1981.

CHIAVENATO, J. J. *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai*. Brasiliense, 1987.

CHIARAMONTE, J. C. *Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la nación argentina: 1880-1846*. Buenos Aires: Compañía Espasa Calpe Argentina, 1997.

CHIARAMONTE, J. C. *Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII*. In. JANCSÓ, I. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

COSTA, W. P. *A espada de Dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC/Editora da UNICAMP, 1996.

COSTA, W. P. *Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de Independência*. In. JANCSÓ, I. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

DEVOTO, J. E. Pivel. *Historia de la República Oriental del Uruguay*. Montevideu: Ed. Medina, 1956.

DOLHNIKOFF, M. *Elites regionais e a construção do Estado nacional*. In. JANCSÓ, I. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

DOLHNIKOFF, M. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

DONGHI, H. T. *História da América Latina*; tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

DONGHI H. T. *Revolución y guerra: formación de una élite dirigente en la Argentina criolla*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.

DORATIOTO, F. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORATIOTO, F. *Brasil no Rio Prata (1822-1994)*. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2014.

DUMAS, A. *Memórias de Garibaldi*, trad. Antonio Caruccio-Caporale, Porto Alegre: L&PM, 1999.

- DUMAS, A. *La nueva Troya: la guerra privada de Dumas contra Rosas*. Buenos Aires: Marea, 2005.
- ELOY, A. *La Oligarquía Oriental en la Cisplatina*. Montevideu: Ed. Pueblos Unidos, 1970.
- FARINATTI, L. A. E. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- FARINATTI, L. A. E.; VARGAS, J. M. *Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816-c. 1844)*. Topoi, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 389-413, 2014.
- FELDE, A. Z. *Proceso histórico del Uruguay*. 11ª.ed. Montevideu: Arca, 1991.
- FERREIRA, M. R. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- FERREIRA, G. N. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.
- FLORES, M. *República Rio-grandense: realidade e utopia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- FLORES, M. *Modelo político dos farrapos: as ideias políticas da revolução farroupilha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- FLORES, M. C. T. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUC-RS, 2012.
- FLORIA, C., BELSUNCE, C. *Historia de los Argentinos*. Buenos Aires: El Ateneo, 2012.
- FRANCO, S. C. *A assembléia legislativa provincial do Rio Grande do Sul (1835-1889): crônica histórica*. Porto Alegre: CORAG, 2004.
- FRANCO, S. C. *As "califórnicas" do Chico Pedro*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006.
- FREITAS, D. *Farrapos: Uma Rebelião Federalista*. In. A Revolução Farroupilha: história e interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo: Cia Editora Nacional: Publifolha, 2000.
- GARAVAGLIA, J. C. FRADFIN, R. O. *Argentina, La construcción nacional*. Lima: Fundación Mapfre y Santillana Ediciones Generalis, 2011.

- GOLIN, T. *A Destruição do Espaço Missioneiro*. In. POSSAMAI, P. C. Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do sul. Pelotas : Ed. Da UFPel, 2010.
- GUAZZELLI, C. A. *A República Rio-grandense e a volta da “Pátria Grande” (1838-1843)*. Mar del Plata: Pasado Abierto, v. 1, n. 2, Julio-Diciembre 2015.
- GUAZZELLI, C. A. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus, 2013.
- GUAZZELLI, C. A. *O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões provinciais no rio da Prata*. In. Capítulos de história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GULICK, E. V. *Europe's classical balance of power: A case history of the theory and practice of one of the great concepts of European statecraft*. New York, Norton, 1955.
- HOLANDA, S. B. *História Geral da Civilização Brasileira* 6ªed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HUME, D. *Ensaio Morais, Políticos e Literários*. trad. de Luciano Trigo. Rio de Janeiro, Topbooks, 2004.
- HURRELL, A. *O ressurgimento do regionalismo na política mundial*. Contexto Internacional, vol. 17, nº 1. Rio de Janeiro: IRI/PUC-Rio, janeiro-junho 1995.
- INDARTE, J. R.. *Rosas y sus opositores*. Imprenta de mayo, 1853.
- IZECKSOHN, V. *Prefácio*. In. Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do sul. Pelotas: Ed. Da UFPel, 2010.
- JANCSÓ, I. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.
- KAUFMAN, S J.; LITTLE, R.; WOHLFORTH, W. C. *The balance of power in world history*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- KENNEDY, P. *Ascensão e queda das grandes potências transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KISSINGER, H. *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva Editora, 2007.
- KRAAY, H.; WHIGHAM, T. *I Die with My Country: Perspectives on the Paraguayan War, 1864-1870*. U of Nebraska Press, 2004.

- LEITMAN, S. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, 1979.
- LIMA, O. *Dom João VI no Brasil*. 3ªed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- LIMA, O. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. Prefácio de Gilberto Freyre. 3ªed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- LIMA, O. *O Império brasileiro (1821-1889)*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.
- LITTLE, R. *The balance of power in international relations: metaphors, myths and models*. Cambridge University Press, 2007.
- LÓPEZ, L. A. H. *Las Raíces Coloradas. Fundamentos Del Partido de Don Pepe Batlle*. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2015.
- LUNA, F. *Breve historia de los argentinos*. Buenos Aires: Planeta, 1997.
- LYNCH, J. *As Repúblicas do Prata: da independência à Guerra do Paraguai*. In: BETHELL, L. *História da América Latina III*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.
- LYNCH, J. *Caudillos en Hispano-América: 1800-1850*. Madrid: Ed. Mapfre, 1993.
- LUVIZOTTO, C. K. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- MACEDO, F. R. *Bento Gonçalves*. Porto Alegre, IEL, DIVERGS, 1990.
- MCLEAN, D. *War, diplomacy and informal empire: Britain and the Republics of La Plata, 1836-1853*. London: British Academic Press, 1995.
- MAGNOLI, D. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista: Moderna, 1997.
- MALAMUD, C. *Historia de America*. 2ªed. Madri: Alianza Editorial, 2007.
- MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec. 1990.
- MAXWELL, K. *A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro*. In: *Chocolate, piratas e outros malandros - Ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MERCADANTE, P. *A Consciência Conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

- MORGENTHAU, H. J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: EdUnb, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- NABUCO, J. *Minha formação*. Introdução de Gilberto Freyre - Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963.
- NABUCO, J. *Um estadista do Imperio: Nabuco de Araujo: sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899.
- NAHUM, B. *Manual de Historia del Uruguay 1830-1930 – Tomo I: 1830-1903*. 20ªed. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.
- NEVES, L. B. P. *O Brasil no mundo*. In: SILVA, Alberto da Costa e (coord.) *Crise colonial e independência: 1808-1830*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- NOGUERÓL, L. P. F. *Preços de bois, cavalos e escravos em Porto Alegre e em Sabará, no século XIX-mercadorias de um mercado nacional em formação*. Porto Alegre, v. 26, Número Especial, maio 2005.
- NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.
- PASSETTI, G. *Indígenas e Criollos: Política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852 - 1885)*. São Paulo: Alameda, 2012.
- PEDREIRA, J. D. *João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia da Letra, 2008.
- PIMENTA, J. P. G. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata: 1808-1828*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- POMER, L. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global Ed., 1981.
- POSSAMAI, P. C. *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do sul*. Pelotas : Ed. Da UFPel, 2010.
- QUESADA, V. G. *La política del Brasil com las repúblicas del Río de la Plata*. Buenos Aires: Casa Vaccaro, 1919.
- RAMOS, J.A. *História da nação latino-americana*. 3ªed. Florianópolis: Insular, 2014.
- RAMOS, R. A. *La independencia del Paraguay y el Imperio del Brasil*. Brasília : FUNAG, 2016.

- RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difel, 1967.
- RICUPERO, R. *O Brasil no mundo*. In: SILVA, Alberto da Costa e (coord.) *Crise colonial e independência: 1808-1830*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- ROCHA, J. J., *A política brasileira na Republica Oriental do Uruguay*. Rio de Janeiro: Typ. Americana de J. J. da Rocha, 1854.
- RODRIGUES, J. H. *O Conselho de Estado: o quinto poder?*. Centro Gráfico do Senado Federal, 1978.
- ROSE, G. *Neoclassical realism and theories of foreign policy*. *World politics*, v. 51, n. 1, p. 144-172, 1998.
- SAMPAIO, F. G. *Bento Gonçalves: mito e história (sobre o herói ladrão farroupilha)*. Porto Alegre: Martins livreiro Ed, 1984.
- SANDERS, E. V. *The vanguard of the Atlantic world: creating modernity, nation, and democracy in nineteenth-century Latin America*. Durham and London: Duke University Press, 2014.
- SCHEIDT, E. *Carbonários no Rio da Prata: jornalistas italianos e a circulação de idéias na Região Platina (1727-1860)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- SHEEHAN, M. *The Balance of Power: History and Theory*. London: Routledge, 1996.
- SHUMWAY, N. *A invenção da Argentina: História de uma ideia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Editora UnB, 2008.
- SILVA, A. C. *As Marcas do Período*. In: SILVA, Alberto da Costa e (coord.) *Crise colonial e independência: 1808-1830*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- SILVA, L. M. de L. e. *Guerra com as províncias unidas do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Gráfica Ouvidor, 1956.
- SOARES, T. *Diplomacia do Império no Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Brand, 1955.
- SOARES, T. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.
- SOARES, T. *O gigante e o Rio: ação de Mauá no Uruguai e Argentina – 1851-1878*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1957.

- SODRÉ, N. W. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.
- SODRÉ, N. W. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.
- SOUZA, A. B. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SOUZA, A. B. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- SOUZA, J. A. S. *A vida do Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora Nacional, 1944.
- SOUZA, S. S.; PRADO, F. P. *Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX*. In. Capítulos de história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- SOUZA, O T. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1972.
- SPALDING, W. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo / Brasília: Companhia Editora Nacional/Editora Universidade de Brasília, 1982.
- STREET, J. *Gran Bretaña y La Independencia del Rio de La Plata*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1967.
- TILLY, C. *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. New York: Russell Sage Foundation, 1984.
- TILLY, C. *Coerção, Capital e Estado Europeus (990-1992)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- TILLY, C. *Guerra y construcción del estado como crimen organizado*. Relaciones Internacionales, n. 5, 2007.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- TORRES, J. C. *A Democracia Coroada*. Rio de Janeiro: Vozes, 1964.
- TORRES, J. C. *Os Construtores do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- VIANNA, O. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

WALTZ, K. *O homem, o Estado e a guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WALTZ, K. *Theory of International Politics*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley, 1979.

WATSON, A. *A evolução da sociedade internacional: Uma análise histórica comparativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WIEDERSPAHN, H. O. *O Convênio de Ponche Verde*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.

WIGHT, M. *A Política do Poder*, trad. De Carlos Sérgio DUARTE, Clássicos IPRI, Brasília, 2001.

WIGHT, M. *International Theory: The Three Traditions*. ed. Gabriele Wight & Brian Porter. Leicester & London: Leicester University Press, 1991.

WHIGHAM, T. *La Guerra de la Triple Alianza*. Volumen I. Causas e inicios del mayor conflicto de América del Sur. Asunción: Taurus Historia, 2010.

YEGROS, R. S. *História das relações internacionais do Paraguai*. Brasília: FUNAG, 2013.

ZARTH, P. A. *Do arcaico ao moderno: O Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.